X SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Eixo: História, Trabalho e Educação

EDUCAÇÃO, TRABALHO E CAPITAL: A ESCOLARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS DE MÉDIO PORTE EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA NO CENÁRIO DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Adriana David Ferreira Gusmão (UFS/UESB)[1]

Resumo: Partindo da discussão sobre a relação entre Educação, Trabalho e Capital, o presente artigo tem como objetivo realizar uma análise do perfil de escolarização dos trabalhadores da indústria alimentícia de médio porte em Vitória da Conquista, intencionando uma contribuição crítica em favor da classe trabalhadora imersa no processo excludente e tirano da acumulação capitalista. Esse sistema, por sua vez, indica caminhos para que a educação se realize em duas direções: a da formação dos trabalhadores, quando subordina o conteúdo ensinado ao mercado e direciona ao trabalho e outra, fonte de conhecimentos mais amplos, voltada para a classe dominante. A história revela as diferentes interpretações sobre as formas de subsunção da educação à acumulação capitalista, iniciada com as transformações lançadas pela Revolução Industrial no final do século XVIII e a partir da qual se observou uma nova dinâmica produtiva e os seus efeitos nos cenários social, político, econômico e educacional. A subordinação da educação ao capital produz uma massa de trabalhadores quando preconiza o ensino da leitura, da escrita e da contagem para a execução das tarefas e quando ainda faz crer no valor econômico da educação e do fator humano na produção, o que foi e tem sido amplamente discutido. A Teoria do Capital Humano de Adam Smith, de 1776 já corroborava a ideia de subordinação. Diferentes setores da vida: trabalho, comportamento e o fazer cotidiano se refizeram sob novas condições, mas as principais vítimas do processo que ora se instalava eram os trabalhadores. Irrompiam as bases da acumulação capitalista que traria efeitos nefastos em múltiplos segmentos da vida humana e, evidentemente sobre a escolarização dos trabalhadores. Nessa direção, a fundamentação teórica que sustenta a análise está pautada nas considerações de Marx

[1] Adriana David Ferreira Gusmão, Universidade Federal de Sergipe e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil. E-mail: adrianadgusmao@gmail.com.

(2010 e 2013), Antunes (2007), Harvey (2000 e 2011), Mészáros (2002, 2005 e 2006), Braverman (1987), Frigotto (1989 e 1999), Bertoldo (2012) e Thomaz Jr (2000) e é fundamentada numa visão de totalidade. O elemento empírico é a escolarização do trabalhador da indústria alimentícia de médio porte instalada em Vitória da Conquista – BA. Para o desenvolvimento da análise foi utilizada a metodologia do estudo de caso e privilegiou-se a apresentação dos resultados por meio da crítica entrecortada pela tessitura teoria-empiria. Os resultados apontam que a maioria dos trabalhadores entrevistados possui baixo nível de escolaridade, mas contraditoriamente, isso não tem sido um impeditivo de acesso aos postos de trabalho nas indústrias em apreço. Ao contrário, a baixa escolaridade tem sido um mecanismo de barateamento dos custos produtivos, pois, em geral esses trabalhadores realizam tarefas menos qualificadas e com baixos salários. Por outro lado, nessas condições, estão mais vulneráveis às formas exploratórias e precárias de trabalho. Há que se considerar, nesse contexto que a baixa escolarização nunca foi um problema para a reprodução do capital, ao contrário, por meio dela se amplia o exército de reserva, fundamental para a regulação dos salários e dos postos de trabalho.

Palavras-chave: Capital - Trabalhador – Indústria - Escolarização

Introdução

Esse artigo aborda um dos tópicos da pesquisa de doutoramento, cujo objetivo geral é a análise das condições de educação e saúde do trabalhador da indústria de Vitória da Conquista – BA. A temática discutida nesse artigo diz respeito à escolaridade do trabalhador da indústria alimentícia de médio porte e suas relações com a acumulação capitalista. Inicialmente, são apresentados aspectos históricos que demonstram a captura da escolarização pelo capital, que subordina a sua função e o seu sentido à base material de produção. Esse processo distancia a escola da sua função de emancipar o ser humano. Essa compreensão serve como auxílio para a análise da base empírica que corresponde à escolarização do trabalhador da indústria conquistense, realizada na sequência.

Compreendida como pedra angular para o desenvolvimento de qualquer sociedade, a educação, mais do que qualificação, significa, também, consciência, conhecimento de mundo e aprimoramento de formas de viver. Entretanto, longe de cumprir as suas mais nobres funções, a educação, ao longo do tempo histórico apresentou-se de forma consonante com o sistema produtivo vigente e as revoluções industriais que, por sua vez, sempre mantiveram correspondência com os interesses do capital.

O texto apresentado deixa claro que, à escola, de certa maneira, coube a função majoritária de formar o contingente de trabalhadores para realizar a produção, garantindo minimamente, o ensino da leitura, da escrita e da contagem para a execução das tarefas. Assim, a escolarização[2] de um exército de reserva foi estruturada sob a égide do capitalismo que, de forma acachapante delineou as ações da escola básica.

Capital Industrial, trabalho e trabalhadores

No final do século XVIII, as transformações lançadas pela Revolução Industrial afetaram de maneira substancial e permanente a certo número de países. A nova dinâmica produtiva e seus efeitos nos cenários social, educacional, político e econômico marcaram para sempre a história das nações.

Do campo para as cidades, da manufatura para a fábrica, do artesanal para o industrial; as mudanças se fizeram múltiplas e pulsantes. Diferentes setores da vida foram (re) configurados: trabalho, comportamento e o fazer cotidiano se refizeram, sob novas condições. Principais vítimas do processo que ora se instalava e se desenvolvia, os trabalhadores estavam submetidos aos efeitos do "vapor e da máquina" que revolucionaram a produção na indústria.

Associado ao conceito de Revolução Industrial emerge a noção de capitalismo. Irrompiam as bases de um sistema que traria efeitos nefastos em múltiplos segmentos da vida humana. Era o período que entraria para a história e que abalaria as estruturas do mundo.

A existência de certa qualificação da força de trabalho, por conta da habilidade artesã, facilitou a metamorfose dessa para o trabalhador fabril, sendo uma das condições essenciais para a implementação da produção mecanizada.

Foi no setor têxtil que a transformação se operou. No último terço do século XVIII, o tecelão domiciliar da Inglaterra passou a ver sua clientela desaparecer. A invenção das máquinas de fiar e tecer marcou a nova fase da indústria de tecidos e o

[2] No presente artigo, o termo ***escolarização*** é utilizado para representar o conjunto de conhecimentos adquiridos na escola.

aumento da produção despertou a esperança de melhores salários levando o artesão camponês a abandonar a atividade no campo e ir à busca de trabalho nas fábricas.

A forma motriz inicial baseada no braço humano deu lugar à força animal depois à água e ao vapor. Pelos idos de 1830, a operação industrial foi definitivamente instalada na Inglaterra e isso estava diretamente relacionado com a mecanização do processo de tecelagem e ao aumento da produtividade.

Em meados do século XIX, a produção têxtil foi incrementada pelo uso de maquinário específico em cada etapa ou tipo de procedimento ou tecido e o trabalhador passivo se torna um operador de máquinas. A divisão e a mecanização do trabalho, a cada momento histórico, ganha contornos do capitalismo que começava a se tornar o sistema econômico dominante no mundo.

Formando a massa trabalhadora, homens, mulheres e crianças tinham a sua força de trabalho aproveitada ao máximo.

Em 1847, no Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels anunciaram:

> A descoberta da América, a circunavegação da África ofereceram à burguesia ascendente um novo terreno. O mercado indiano e o chinês, a colonização da América, o intercâmbio com as colônias e, em geral, a intensificação dos meios de troca e das mercadorias deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso até então desconhecido, favorecendo na sociedade feudal em desintegração a expansão rápida do elemento revolucionário.
> O modo de funcionamento feudal e corporativo da indústria já não satisfazia o crescimento das demandas consecutivas à abertura de novos mercados. A manufatura substituiu-o. Os mestres de corporação foram desalojados pela classe média industrial; a divisão do trabalho em corporações diversas desapareceu em benefício da divisão do trabalho dentro de cada oficina.
> Mas os mercados não paravam de crescer e as demandas, de aumentar. Logo a manufatura revelou-se insuficiente. Então, o vapor e o maquinismo revolucionaram a produção industrial. A manufatura deu lugar à grande indústria moderna; a classe média industrial, aos milionários da indústria, chefes de verdadeiros exércitos industriais, os burgueses modernos.
> A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial expandiu prodigiosamente o comércio, a navegação e as comunicações. Por sua vez, esse desenvolvimento repercutiu sobre a extensão da indústria, e à medida que indústria, comércio, navegação e ferrovia se desenvolviam, a burguesia crescia, multiplicava seus capitais e relegava para o segundo

> plano as classes tributárias da Idade Média (MARX e ENGELS, 2010 [1848], p. 25 e 26).

A análise de Marx e Engels (1848) oferece elementos importantes para a compreensão da dinâmica que se desenhava na época com relação ao trabalho, ao mercado e ao modo de formação do capital industrial. Alguns anos mais tarde, em 1867, Karl Marx publicava O Capital e dedicou um capítulo inteiro à explicação sobre a transformação do dinheiro em capital. . No primoroso texto, a circulação do dinheiro e a produção do mais valor se ligam à figura do capitalista, indivíduo que tem como finalidade subjetiva a apropriação crescente da riqueza abstrata, ou seja, "[...] o possuidor do dinheiro se torna capitalista [...] o capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência" (MARX, 2013 [1867]).

Isto posto, a indústria e o capital produziram os efeitos de uma primeira revolução comandada pela Inglaterra e que tinha como paradigma a produção têxtil e a máquina movida a carvão e vapor.

Essa revolução técnica reverberou, forjando uma modificação nos meios de produção e nas forças produtivas e o avanço da subsunção do trabalhador que perdeu a sua autonomia, o controle e o conhecimento que tinha sobre o processo de produção, cujo formato e tempo passaram a ser orientados/ditados pela máquina. Esta agrega o conhecimento que o capital extraiu do trabalhador artesanal no período da manufatura e, com o apoio das ciências, o modificou. Assim, é a máquina que passa a usar o trabalhador - e não mais o contrário - e o capitalismo pôde se expandir, revolucionando o modo de produção.

Além disso, Marx afirma,

> Se a maquinaria é o meio mais poderoso de incrementar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se converte, como portadora do capital nas indústrias de que imediatamente se apodera, no meio mais poderoso de prolongar a jornada de trabalho para além de todo limite natural. Ela cria, por um lado, novas condições que permitem ao capital soltar as rédeas dessa sua tendência constante e, por outro, novos incentivos que aguçam sua voracidade por trabalho alheio (MARX, 2013 [1867], p.475 e 476).

Conforme dito anteriormente, mulheres e crianças compunham a massa trabalhadora como forças de trabalho subsidiárias do capital (MARX, 2013 [1867]) e aumentavam o número de assalariados assim como agregavam volume de mãos ao mesmo tempo em que produziam um efeito de redução do valor da força de trabalho, tornando-se um excedente de mais-trabalho no seio de cada família.

Vale salientar que, diante da proposta capitalista de desenvolvimento do mundo na época das primeiras revoluções, não só a indústria têxtil se desenvolveu no período em questão, mas, também, a metalúrgica. Nos setores industrial e agrário, era preciso que ferramentas e equipamentos diversos fossem fabricados e aperfeiçoados. Assim, a demanda por objetos que tinham o ferro como matéria prima também deveria ser atendida.

Com o passar do tempo, a técnica pura começava a se associar aos avanços científicos e vice – versa, em retroalimentação. Várias pesquisas e suas descobertas retornavam para a produção industrial e respondiam à necessidade de evolução dos processos. Novos materiais, métodos e tipos de energia eram estudados para aplicação industrial. Técnica e ciência, juntos, em prol dos países capitalistas. Em fins do século XIX, o petróleo, o motor a combustão e a eletricidade anunciam uma nova era, a da fabricação de máquinas pelas máquinas, um progresso técnico que garantia a expansão territorial do sistema e que tem como cerne a subsunção do trabalho que é desqualificado e substituído. Essa nova fase que potencializou vorazmente a expansão do capitalismo com a construção de ferrovias que cortavam o planeta, levando o modo de produção a todos os cantos, podendo-se chamar de Segunda Revolução Industrial, origem das disputas imperialistas que levaram às duas guerras mundiais.

Diante desse quadro, a formação escolar, o comportamento humano individual e social e o trabalho ganham novos contornos, passando a obedecer à lógica do capital.

A ciência despontou nesse cenário como imprescindível à acumulação e reprodução do capital, se fazendo presente em todas as frentes e não seria diferente com a produção e com a organização do trabalho.

Uma nova fase do capitalismo industrial é iniciada em fins do século XIX e começo do século XX. Essa nova dinâmica capitalista teve como principal aporte a

produção em massa para atender ao consumo de massa. A produção diversificada e o aumento da renda associado à conquista de alguns direitos sociais eram os ingredientes para a formação de uma nova fase da maximização do lucro. O controle dos trabalhadores por meio da criação de cargos de supervisão e gerência na proposta Taylorista[3] de administrar racionalizou o uso do tempo e implementou o controle disciplinar do trabalhador.

Para Harvey,

> Todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias – primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como o aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que faz o trabalho. [...]. A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital [...] é uma questão muito complicada. (HARVEY, 2008, p. 119)

As relações de poder exercidas como mecanismo do sistema capitalista, em diferentes níveis e por diferentes sujeitos reforçam as estratégias estruturantes da dinâmica do lucro e da superexploração do trabalho. Não obstante, o poder do capital permeia e controla atitudes, sendo, certamente, condutor das relações políticas e socioeconômicas e das ações do Estado que corroboram para que as engrenagens do sistema funcionem. Assim, as relações de produção nas operações industriais capitalistas necessitam da vigilância para se estabelecer.

Sobre o poder disciplinar exercido pela vigilância nas fábricas, Foucault afirma,

> [...] com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior "adestrar"; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe é submetido, separa, analisa diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes. "Adestra" as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais [...] A disciplina "fabrica" indivíduos; ela é a

[3] Dinâmica produtiva e procedimentos administrativos criados por Frederick Winslow Taylor -1856-1915.

> técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante [...] é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. [...] O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame (FOUCAULT, 1987, P. 195)

Com a disciplina regendo as funções do trabalhador, alcançou-se o controle do operário e hierarquizou-se os postos de trabalho. Tendo como base os procedimentos do Taylorismo, Henry Ford (1863-1947) cria a linha de montagem e a semiautomatização das etapas da produção. A linha de montagem reduziu o tempo e promoveu a racionalização da produção com a eliminação de "movimentos inúteis". Esse modelo ficou conhecido como Fordismo e o seu fundamento estava assentado na fabricação de veículos para consumo de massa.

Taylorismo e Fordismo tiveram um papel preponderante com o avanço do capitalismo industrial, implementando dinâmicas e práticas que correspondiam de maneira eficaz ao aumento da produtividade, à redução dos custos de produção e à redução do preço das mercadorias e, evidentemente, à acumulação de mais valor. O Fordismo e seus pressupostos não se disseminaram igualmente pelo mundo, mas foi referência para o sistema industrial ao longo do século XX.

Apesar de ser uma modelo de produção amplamente aplicado, o Fordismo começou a declinar no começo da década de 1970. Segundo Harvey (2000),

> A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor de "estagflação" (estagnação da produção de bens e alta da inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político [...]. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetos da passagem para um regime de acumulação inteiramente

> novo, associado com um sistema de regulamentação social e política bem distinta (HARVEY, 2008, p. 140).

Naquela época Europa e Japão estavam com mercados saturados. A acumulação baseada no Fordismo apresentava sinais claros de remissão. Acentuando os problemas para os países do Norte, nações da América Latina substituíram suas políticas de importação por grandes indústrias multinacionais, com grande disponibilidade de força de trabalho barata. Com isso, o sistema produtivo em vigor e a hegemonia norte - americana começou a cair. Ficava evidenciada a derrocada do Fordismo juntamente com o estado de bem-estar social (Welfare State) que não davam conta de resolver as contradições do capitalismo. Um novo movimento contra a rigidez do Fordismo e, acima de tudo, com o objetivo de reorganizar o modo de funcionamento do sistema capitalista para o resgate da produção de mais valor e do estímulo ao consumo, estava por vir: a acumulação flexível, prenúncio da terceira fase da Revolução Industrial.

Harvey (2000) destaca,

> A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 2008, p. 140)

O novo ciclo da reestruturação do capital, denominada de *acumulação flexível*, tinha como características, a racionalização e intensificação do controle do trabalho, as

mudanças impetradas pelos avanços tecnológicos, a intensa automação, a tentativa de ampliação dos mercados, as fusões entre corporações, a nova dinâmica de captação de trabalhadores, as modificações nos padrões de consumo. Inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A *acumulação flexível* recebeu o rótulo de Toyotismo, em razão da implantação de sistemas e métodos de produção da indústria da Toyota, no Japão. A reestruturação produtiva nos novos parâmetros propôs novas técnicas gerenciais e administrativas. Em contraste com a rigidez do fordismo, esse modelo implementou o uso intensivo da tecnologia, a terceirização, a flexibilidade e o estoque mínimo de produtos variados. Segundo Harvey (2008),

> Esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala [...]. O tempo de giro – que sempre é uma chave da lucratividade capitalista – foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema de estoque *just-in-time*, que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo) [...] (HARVEY, 2008, p. 148).

A era do *Just in time* fora inaugurada. A demanda de mercado regia a produção advinda em grande parte do trabalho terceirizado que eliminou postos de trabalho na fábrica e reduziu drasticamente os custos das indústrias. A polivalência dos funcionários e as ideias de qualidade total também referendavam o novo ciclo. O trabalho repetitivo e especializado do modelo fordista era substituído pela multifunção, pelas multi-habilidades e pela variação de competências. Os sistemas educacionais serviram, como em todos os modelos de produção, à formação de massa trabalhadora correspondente aos novos pressupostos exigidos. No entanto, novas formas de produzir, mesmo em um novo sistema, reavivaram antigas formas de trabalho que ressurgiram e se tornaram paralelas ao quadro de funcionários especializados, conforme afirmações de Harvey (op. cit.),

> Curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho que tornaram o retorno de estratégias absolutas de mais-valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados. O que talvez seja mais inesperado é o modo como as novas tecnologias de produção e as novas formas coordenantes de organização

> permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, que Marx tendia a supor que sairiam do negócio ou seria reduzido a condições de exploração cruel e de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado (ibid., p. 175).

De acordo com Harvey (2008), a tecnologia e a escolarização, não trouxeram implicações diretas ou significativas no sistema capitalista, mas sim o contrário. A (des) regulação econômica produzida e a reestruturação permanente do mercado se opõem a qualquer proposta de equilíbrio social e de formação crítica, o que por sua vez, preserva a acumulação e a valorização do capital quando "inclui" na formação da força de trabalho, aqueles que são marginalizados e destituídos de direitos, tais como os idosos, as crianças e os familiares que produzem com "mãos invisíveis".

Considerando os aspectos apontados até aqui, é possível dizer que os movimentos cíclicos do capital e a sua crise estrutural traduzida pela queda da taxa de lucro[4], pela superprodução, pelos desgastes nos modos de produção baseados no taylorismo-fordismo e na hipertrofia do sistema financeiro, refletiram nas relações de trabalho e na intensificação da exploração dos trabalhadores assim como submetem, continuamente, a força de trabalho à necessidade permanente de continuar produzindo mercadorias e mais-valia. Nesse sentido, a adesão dos trabalhadores ao sistema capitalista produz a força necessária para que o controle do trabalho e dos processos de escolarização se instale.

Ao longo da história, a capacidade de trabalho foi potencializada por alguns sistemas: o uso da natureza, a tecnologia, a organização do trabalho, a escolarização e a qualificação técnica. No entanto, para Marx (2004) o trabalhador foi transformado em objeto ao tempo em que fora destituído do acesso aos produtos que ele mesmo fabrica, assim como fora condenado a permanecer ignorante e mal formado.

> Por certo, o trabalho humano produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Ele produz palácios, porém choupanas é o que toca ao trabalhador. Ele produz beleza, porém para o trabalhador só fealdade. Ele substitui o trabalho humano por máquinas, mas atira alguns dos trabalhadores a um gênero bárbaro de trabalho e converte outros em máquinas. Ele produz inteligência, porém

[4] A taxa de lucro se liga ao capital, ao crescimento econômico e ao pleno emprego (SOUZA, 2011, p.85).

> também estupidez e cretinismo para os trabalhadores (MARX, 2004, p. 4).

Por esse motivo, a escolarização do trabalhador é vista unicamente como elemento mediador para a efetivação do trabalho. Assim, os propósitos do conjunto de conhecimentos transmitidos pela escola encontra substantivo significado para a efetivação dos processos do trabalho quando tem como objetivo principal, a transformação da natureza para atender às finalidades humanas. A escolarização promovida pela transmissão do conjunto imaterial representada pelos elementos culturais é o que possibilita influenciar os homens para agir de acordo com o modo de produção e ao comportamento social esperado. Significa, sobretudo, alienação real do produto do trabalho, do conhecimento e da própria existência enquanto sujeito histórico da sua própria vida, insignificante no processo de produção de mercadorias, ele mesmo transformado em coisa, que não precisa pensar ou mudar a sua forma de viver.

Alienado do próprio produto do seu trabalho, o homem aliena-se também do seu próprio intelecto e passa a pensar na lógica que lhe é imposta ao sabor do modo de produção capitalista. Alienar-se significa ser destituído do que faz e do que pensa. Segundo Marx (2004);

> É justamente em seu trabalho exercido no mundo objetivo que o homem realmente se comprova como um ser genérico. Essa produção é sua vida ativa como espécie; graças a ela, a natureza aparece como trabalho e realidade dele. O objetivo do trabalho, portanto, é a objetivação da vida como espécie do homem, pois ele não mais se reproduz a si mesmo apenas intelectualmente, como na consciência, mas ativamente e em sentido real, e vê seu próprio reflexo em um mundo por ele construído. Por conseguinte, enquanto o trabalho
>
> alienado afasta o objetivo da produção do homem, também afasta sua vida como espécie, sua objetividade real como ente-espécie, e muda a superioridade sobre os animais em uma inferioridade, na medida em que seu corpo inorgânico, a natureza, é afastado dele (MARX, 2004, p. 8)

A escolarização passa a ser entendida no contexto do modo de produção capitalista à guisa de três aspectos: 1) pela necessidade de reprodução social do homem, 2) pela necessidade de mediação entre o homem e o conhecimento, patrimônio imaterial cultural

e 3) pela necessidade de transmissão dos conhecimentos acerca da transformação da natureza, aproximando-se do trabalho.

Pensando assim, a mudança no padrão da oferta educacional na passagem do Feudalismo para o Capitalismo e sua ampliação ao longo dos anos, tem ligação estreita com a necessidade formação técnica para o trabalho, quando, por sua vez, se guardam os devidos ajustamentos ideológicos fundamentais ao capitalismo.

A crise estrutural do capital, desde que foi iniciada, em meados da década de 1970, trouxe em si a deformação dos condicionantes do emprego e a ampliação do acesso à educação formal. Dessa maneira, estavam elaborados os elos entre processo produtivo e a necessidade de escolarização e responsabilização do trabalhador pelo emprego ou pelo desemprego. A elevação dos níveis de capital, o aumento da produtividade do trabalho, mas a redução dos consumidores potenciais causada pelo desemprego estrutural promove um cenário de excedente de produção e na queda da taxa de lucro.

A escolarização, no contexto da crise, torna-se um elemento mediador da totalidade social, ou seja, passa a ser um dos alicerces de ancoragem da edificação social proposta pelo capital.

A totalidade do discurso ideológico capitalista contém o ideário sobre a relação entre escolarização e o emprego, ou sobre a falta da escolarização e da qualificação e as taxas de desemprego. No contexto desse discurso o trabalhador se responsabiliza pela falta ou baixa escolarização ou se submete a ganhar menos para realizar o seu ofício.

Na concepção de Marx (2013), o trabalho é um processo metabólico entre o homem e a natureza, uma relação intercambiante: o homem transforma a natureza e essa relação transforma o homem. Do âmago dessa relação de retroalimentação e de metabolismo, emergem alguns processos e/ou sistemas, antes inexistentes na natureza pura, e sim da esfera social. A educação é um desses e, dentro dela, a escolarização.

No âmago da terceira revolução industrial, na década de 1940 e nas crises estruturais do capital a partir das décadas de 1960-1970 reforçam-se as ideias de trabalhador polivalente e multifuncional, assim como entram em voga as competências e habilidades, as inteligências múltiplas, os métodos de resolução de problemas, a crítica e o construtivismo, em nome da formação de um novo homem. Nesse sentido, a escolarização passaria a ser o vetor da formação de subjetividades da nova ordem mundial

e para a formação de um indivíduo adequado e integrado à nova realidade, disforme, diversa e (re) organizada do capital.

A Indústria em Vitória da Conquista – BA

Recorrendo ao registro histórico é importante relembrar que o contexto da industrialização capitalista no Brasil é iniciado no século XX, por volta da década de 1930, para tender à expansão industrial pretendida pelo capitalismo também nas áreas periféricas do planeta, visando principalmente, uma redução nos custos de produção, um aumento no fluxo de produção e, consequentemente, a ampliação das margens de lucro. Essa dinâmica se dá devido à reestruturação produtiva do capital que buscava novos modelos de acumulação dentro do capitalismo sem perder a sua lógica de dominação e sobre este aspecto também é considerável frisar que o método de acumulação flexível corrobora seus ideais dentro de toda essa proposta de reorganização capitalista.

No contexto que se refere ao Brasil, o capital aliado ao Estado busca configurar as condições mais propícias para a expansão capitalista e a instalação industrial num território ainda pouco explorado nesse sentido. O Estado brasileiro oferece condições para que o capital se instale no Brasil e projete aqui o seu modelo de 'desenvolvimento', já que, para o Estado o discurso desenvolvimentista interessa tanto quanto (ou até mais) que o crescimento do país em si, discurso esse que também é um dos artifícios válidos para a estratégia de dominação e apropriação do capital. A região Centro-Sul do país, em especial as áreas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram as que receberam, inicialmente, os investimentos para a industrialização, cuja maior parcela fora financiada pelo Estado para garantir a concretização de toda essa lógica anteriormente explicitada.

Foram disponibilizados recursos e toda a infraestrutura necessária para a implantação da indústria no Brasil que, conforme o avançar do tempo se estabeleceu no Centro-Sul e desenvolveu um amplo conglomerado industrial, sobretudo na cidade de São Paulo, o que potencializou ainda mais o crescimento daquela região em detrimento das demais regiões do Brasil que ainda não estavam inseridas nesse cenário da industrialização nacional. No caso da Bahia, seu processo de industrialização amparada pela ordem capitalista começa a ganhar forma algumas décadas após a consolidação da

indústria no Centro-Sul, pois, primeiramente o capital procurou firmar bases no território brasileiro, garantir sua sustentação, para a partir disso, buscar novas áreas para ampliação de sua dominação com o apoio e o aval do Estado mais uma vez.

Foi a partir da década de 1950 que esse processo chega mais precisamente à região metropolitana de Salvador que possuía até então uma tímida industrialização ainda fora dos moldes do capital e voltada para o mercado local utilizando-se também do aparato local no sentido de matéria-prima e da técnica de produção. As reservas de petróleo na Baía de Todos os Santos e na região do Recôncavo Baiano propiciaram o crescimento da indústria voltada para o setor petroquímico nos anos que se seguiram, essa industrialização da Bahia também acompanhou os mesmos padrões do que vinha ocorrendo no Centro-Sul e de igual modo com o aporte do Estado quanto à questão de logística, infraestrutura e recursos necessários para o desenvolvimento industrial do estado.

Já no período de transição entre a década de 1960 e 1970 é que se começa a pensar na interiorização da indústria também acompanhando esses moldes, pois, nas áreas mais distantes da capital do estado a industrialização era basicamente voltada para o mercado local e formada por pequenas indústrias quase que artesanais; então projeta-se o Centro Industrial do Subaé na cidade de Feira de Santana para acompanhar o mesmo padrão do que já ocorria em Salvador, porém, voltado para outros setores da atividade econômica industrial compatíveis com a cidade, o que não seria o caso da indústria petroquímica. Essa lógica de interiorização industrial na Bahia antes de ter sido posta em prática foi estudada e planejada para que sua execução obedecesse a importantes critérios que fossem preponderantes para o sucesso desses distritos:

> Adotando como critério básico alcançar maiores resultados, no menor prazo e com menores custos relativos, decidiu-se hierarquizar, previamente aqueles centros que já reunissem um conjunto razoável de requisitos favoráveis, entre os quais disposição de infra-estrutura econômica e social de alguma amplitude, a par de concentração significante de população urbana. Essa hierarquização permitiu o estabelecimento de prioridades para os estudos de viabilidade e projetamento e, finalmente, a realização de investimentos complementares em infra-estrutura, a fim de tornar cada qual dessas áreas mais apta à implantação de indústrias. (BAHIA, PLANO

DIRETOR DO DISTRITO INDUSTRIAL DOS IMBORÉS, 1973, p. 5)

Deste modo, foram escolhidas cidades ou regiões consideradas potencialmente favoráveis à industrialização, dentre elas, Vitória da Conquista; essa lógica ainda se explica quando o estado da Bahia afirma que:

> A experiência adquirida com a industrialização recente na Área Metropolitana de Salvador e sua adaptação às condições peculiares de Feira de Santana está demonstrando que o planejamento e formação de distritos industriais constituem, onde elas sejam viáveis, a solução mais adequada para favorecer a localização de unidades manufatureiras em determinado espaço regional. Concentrando disponibilidades de infra-estrutura econômica em área previamente escolhida, assegurando fácil acesso aos equipamentos e serviços de infra-estrutura social e urbana, assim como aos mercados, disciplinando a ocupação e uso dos terrenos, o sistema de distritos industriais proporciona crescentes economias externas, impede a especulação imobiliária, ordena e racionaliza a expansão urbana, reduz a poluição ambiental e permite se projetem com segurança as demandas do parque manufatureiro para que sejam satisfeitas em tempo hábil. Por isso, a implantação planejada de distritos industriais foi a opção central da política de industrialização do interior (op. cit)

Vitória da Conquista foi considerada uma cidade que atendeu aos critérios estabelecidos e o Distrito Industrial dos Imborés teve sua implantação iniciada no início da década de 1970; sua instalação foi muito bem planejada a fim de que fosse um equipamento capaz de agregar valor à economia do município, da região como também do estado da Bahia. Esse planejamento teve uma preocupação em delimitar a área ideal para a construção do distrito, sendo escolhida uma área as margens da BR-116 no sentido Salvador localizada numa distância de 3,5km da área urbana do município naquela época, visto que hoje, a área do distrito já possui bairros e aglomerações tipicamente urbanas no seu entorno.

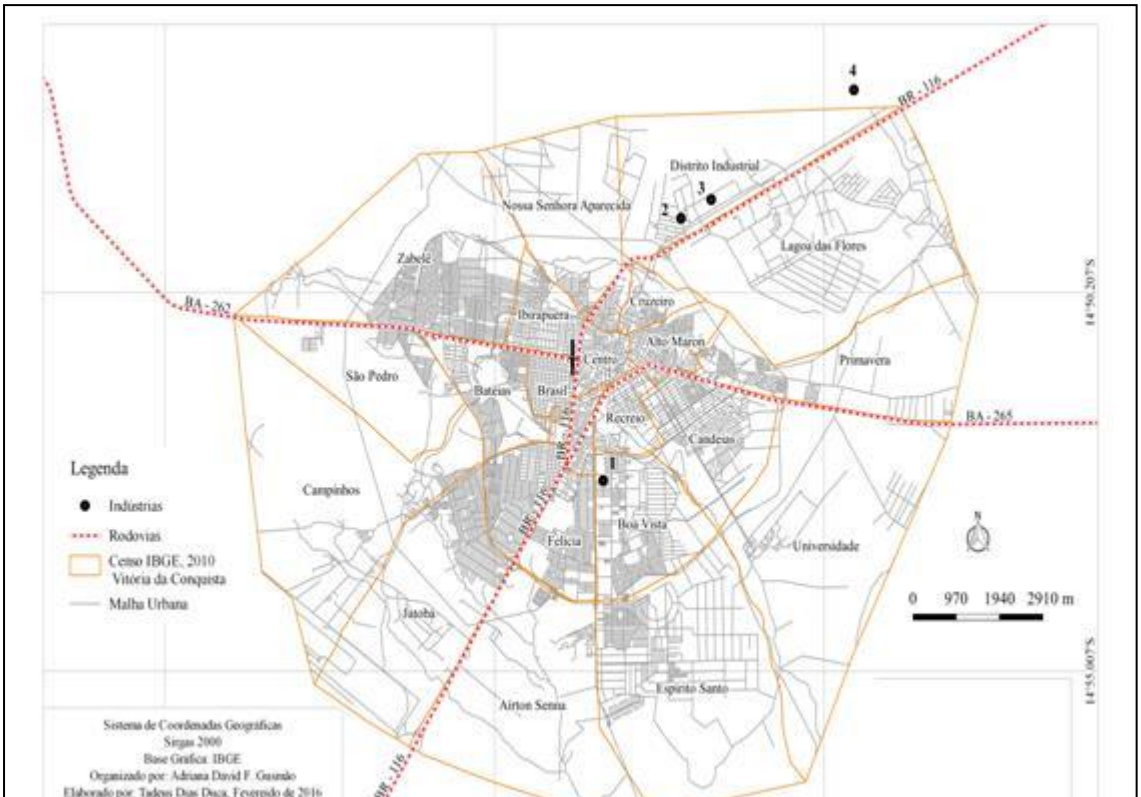
O terreno do distrito também teve como fatores avaliados a questão da topografia (um terreno considerado plano, com poucos acidentes topográficos); além disso, o fator de disponibilidade de abastecimento de água foi preponderante na escolha desse local, pois, sua localização facilitava a captação de água de poços e mananciais subterrâneos

caso fosse necessário, até mesmo devido ao tipo de solo existente naquele local se comparado às demais áreas que estavam sob a análise para uma possível implantação do distrito. O fato de a área escolhida ser ladeada pela BR-116 foi também bastante relevante para sua escolha, pois, facilitaria a circulação dos veículos de carga como também o escoamento da produção, além da facilidade de acesso ao distrito que não afetaria o fluxo urbano de Vitória da Conquista.

No que concerne à pesquisa em questão, a espacialidade das indústrias (MAPA 1) demonstra que duas das quatro indústrias alimentícias de médio porte, assim qualificadas pela FIEB (2016) encontram-se instaladas no Distrito Industrial do Imborés (02 e 03), uma está localizada nas proximidades do Distrito (04) e outra está instalada na área urbana (01). No entanto, essa última está com terreno adquirido e iniciará, brevemente, a construção da fábrica na área industrial da cidade, segundo informações do proprietário.

A proximidade, da maior parte das indústrias (3), de áreas distritais e de povoados do município favorece, de certa forma a captação de força de trabalho em áreas com características rurais. Nessas localidades, há um contingente significativo de população de hábitos rurais, carentes de emprego e que buscam o trabalho nas indústrias um meio de sobrevivência.

Mapa 1: Planta urbana de Vitória da Conquista – BA, localização das indústrias



Fonte: Gusmão, Adriana D. F. Pesquisa de Campo, 2016.

Dessa maneira, o perfil dos trabalhadores apresenta estreita relação com a localização das indústrias, segundo informações coletadas na pesquisa de campo. Ficou evidenciado que os operários das fábricas instaladas no Distrito Industrial dos Imborés são, em sua maioria, provenientes do bairro Lagoa das Flores, dos distritos e povoados num raio de até 40 km, enquanto que a maioria dos operários da indústria instalada no bairro Boa Vista é proveniente das áreas periféricas urbanas.

Por sua vez, o trabalhador proveniente das áreas rurais é visto pelo empregador como um funcionário mais "disciplinado" que aquele trabalhador proveniente da área urbana. Essas informações foram coletadas nas pesquisas e as declarações foram prestadas pelos responsáveis pelo setor de contratações das empresas.

A escolarização dos trabalhadores da indústria alimentícia de médio porte[5] em Vitória da Vitória da Conquista – BA.

Os resultados apresentados nesse artigo derivaram da pesquisa de campo realizada entre os meses de fevereiro e abril de 2016, nas 4 indústrias alimentícias de médio porte instaladas em Vitória da Conquista – BA, cidade caracterizada anteriormente.

Foram entrevistados 114 trabalhadores da produção direta, além dos funcionários dos setores: administrativo, contábil, financeiro e comercial. No presente trabalho, a análise considerou, apenas, os trabalhadores que realizam suas atividades no setor da produção.

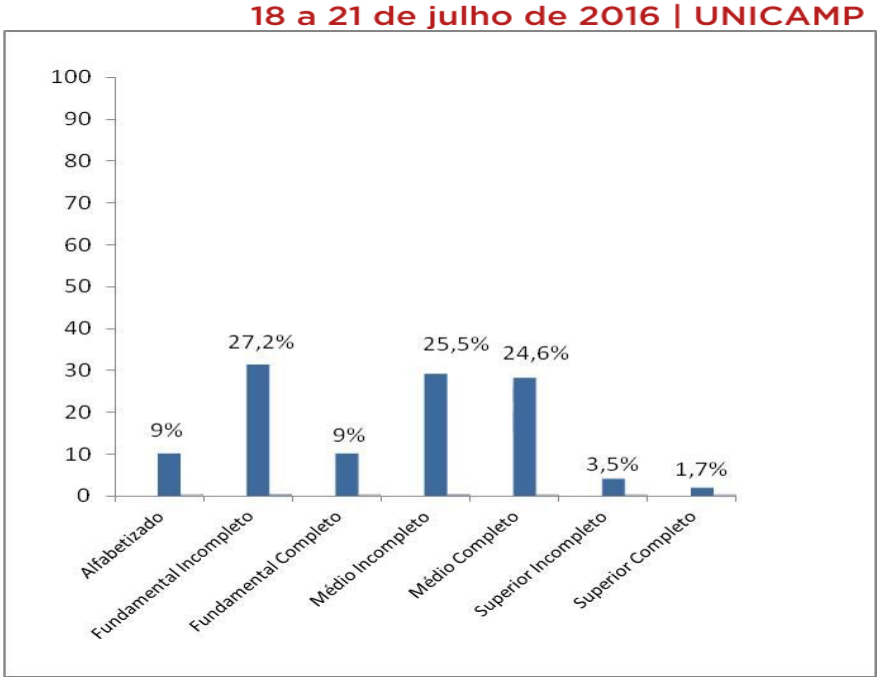
[5] Segundo a Federação das Indústrias da Bahia (FIEB), as empresas de médio porte são aquelas que têm 50 a 249 funcionários em seu quadro.

Os trabalhadores entrevistados no setor da produção das 4 indústrias, estão, em sua maioria, na faixa etária dos 21 aos 30 anos (52,6%). Em outra faixa da pesquisa (31-40 anos), encontram-se 43,1% dos trabalhadores, enquanto que os demais (4,3%) estão em idade acima ou abaixo das faixas aqui apontadas. A idade é um fator importante para a análise, pois, em se tratando da escolaridade, a prevalência de formação correspondente ao ensino fundamental e médio, incompletos (ver gráfico 01) entre os trabalhadores indica uma discrepância entre a idade escolar e o nível de escolarização dos mesmos. Corrobora essa realidade o fato de o trabalhador ter que, muitas vezes, começar a no ofício desde muito cedo e não conseguir conciliar o trabalho com o estudo, abandonando esse último em razão da necessidade de sobrevivência. Para Thomaz Jr. (2000);

> É no interior do aparente paradoxo representado pela cifra de 20% de trabalhadores analfabetos da PEA, diante da crise estrutural do capitalismo, da adoção de modelos produtivos e de tecnologia de ponta e de novas formas de gestão do processo de trabalho, tidos como modernos, que a formação profissional ou qualificação do trabalho ganha relevância. A esse respeito, é importante observar, como revelam as pesquisas, 67% da PEA, ingressaram no trabalho antes dos 14 anos de idade. Essa entrada precoce no mercado de trabalho e as dificuldades de
> conciliar trabalho e escola, impedem que milhões de jovens usufruam do acesso à educação, o que revela a histórica dualidade, ou seja, o acesso de alguns e a exclusão da maioria (THOMAZ JR, 2000, p. 5).

Os trabalhadores da produção são, predominantemente, do gênero masculino (76%) e, em sua maioria, moradores de áreas rurais (52%) do município de Vitória da Conquista – BA. Observando os resultados da pesquisa e, considerando a idade, o gênero, a escolaridade e a área de moradia, tem-se um perfil predominante do trabalhador da produção sendo, então, homem, de idade entre 21 e 40 anos, morador da zona rural, com ensino fundamental incompleto.

GRÁFICO 01: Escolaridade – Trabalhadores da Produção
Indústria Alimentícia de Médio Porte



Fonte: Gusmão, Adriana D. F. Pesquisa de Campo, 2016.

A contradição reside no fato de que a maior parte dos trabalhadores da produção apresenta baixa escolaridade, seguido por um quantitativo expressivo, quase semelhante ao de trabalhadores com ensino médio incompleto e completo. Segundo Kuenzer (2003);

> É importante destacar, ainda, que se está tomando como pressuposto que as formas históricas de organização e gestão da força de trabalho com vistas à realização da acumulação não se superam por substituição, mas sim por incorporação, gerando novas formas de combinação entre os setores dinâmicos e os precarizados, de modo a combinar diferentes modalidades de uso da força de trabalho que por sua vez demandam diferentes competências. A partir desta compreensão, os processos precários de desenvolvimento de competências através de projetos escolares e não escolares não representam um desvio, um problema a ser enfrentado, mas refletem
> a própria lógica de um regime de acumulação, cujos ganhos de produtividade são cada vez mais reduzidos (KUENZER, 2003, p. 47).

A combinação de diferentes modalidades de uso da força de trabalho de que trata Kuenzer (2003) se refere ao fato de que, precarizado e submetido ao controle de forças do capitalismo, os trabalhadores, independentemente de sua formação, buscam a sua colocação onde o emprego está. Por esse motivo, os três níveis de escolaridade,

predominantes na área de produção das indústrias pesquisadas convivem pacificamente, realizando as mesmas tarefas. O conhecimento de um é passado para o outro, no cotidiano do trabalho, e essa "retroalimentação" forma um novo conhecimento. Não há hierarquia pela escolarização, há um grupo que realiza suas tarefas sob o olhar cauteloso que quem os supervisiona. Esse grupo de trabalhadores recebe 1,2 do salário mínimo pelas 8 horas realizadas ao dia.

O que importa, então, nessa realidade, não é a formação escolar e sim o *saber fazer derivado da experiência*[6]. Convivendo e realizando o mesmo trabalho, os operários da produção de alimentos, precisam, de fato, saber apenas manejar as máquinas e aproveitar bem a matéria prima para que o produto seja fabricado em graus de excelência compatíveis com os ideais da empresa. Não há valor diferenciado pago pela escolarização diferenciada. O saber fazer se sobrepõe a isso. Todos recebem o mesmo salário. Assim, se o conhecimento tácito funciona bem, não há o que se discutir.

Na produção dos alimentos, aquele trabalhador que cursou o ensino médio não recebe a mais por isso, pois o capital faz uso da sua força de trabalho e não do seu conhecimento científico. A inutilidade do saber teórico nesse setor da fábrica? Em resposta, o processo alienante do trabalho assalariado. Segundo Harvey (2008);

> Todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias –primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadorias em condição de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que de fato faz o trabalho (HARVEY, 2008, p.119).

O paradoxo se verticaliza ainda mais quando se percebe que é exigido cada vez mais conhecimento técnico e científico do trabalhador. A pressão e cobrança pelo estudar e se qualificar estão presentes nos discursos dos gestores e dos proprietários dos meios de produção. Falam da qualificação em conhecimentos gerais ou específicos? Do ensino

[6] O saber fazer derivado da experiência para além das atividades intelectuais, ideias extraídas de KUENZER, A. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 3, maio/ago. 2002.

fundamental, médio ou superior? A que qualificação os donos dos meios de produção se referem?

Na realidade pesquisada, o *fetiche* da educação foi confirmado. Em meio a trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade, executando a mesma função, pode-se confirmar o que Nidelcoff (1978, p. 15) defende "[...] a escola, como instituição, não apenas não tem poder para modificar a estrutura social como, mais do que isso, geralmente sustenta e confirma essa estrutura".

A escola é controlada pelo Estado, os conteúdos e as avaliações também o são. As relações de poder e de controle são estimuladas pelo Estado quando esse delega aos professores, em sala de aula, o "cajado" da distribuição das notas e das punições. A escola torna-se instrumento de controle via Estado e acaba por criar rotinas que, muitas vezes, não coincidem com os interesses dos estudantes, não colaboram para a formação crítica e de consciências, restando ao estudante, futuro trabalhador, uma formação precária, superficial e sem vínculo algum com a possibilidade de libertação. Por esse motivo, surge uma ambiguidade: estudar para a manutenção do *status quo* ou abandonar os estudos para se ocupar apenas do trabalho, também precarizado e mecânico da fábrica.

Considerações Finais

Os saberes escolares nem sempre coincidem com os saberes técnicos, que por sua vez, é comumente ensinado pelos tutores das próprias fábricas ou pelos colegas que desempenham a mesma função há mais tempo. O "casamento" entre conhecimento tácito e conhecimento científico se dá pelo encontro dos trabalhadores no cotidiano das práticas, num processo de fusão e produção constantes de saberes. Em contrapartida, o "divórcio" entre teoria e prática na escola, entre saberes técnicos e a realidade da instituição escolar, restam os homens e mulheres em busca de uma colocação no mercado de trabalho, a sujeição a péssimas condições de sobrevivência e à salários baixos, como os pagos aos trabalhadores das indústrias de alimentos pesquisadas.

Longe de ser consensual, a dialética da discussão sobre a escolarização operária, ainda inicial nesse trabalho, aponta para a necessidade de compreender os modos de gestão e as concepções dos detentores dos meios de produção a respeito da formação escolar dos trabalhadores que, à primeira vista indica ser reforçador do objetivo da escola

de ser a já conhecida provedora de força de trabalho sem, contudo, significar uma real melhoria nas condições de emprego e renda.

Referências

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 30.

HARVEY, David. **A condição pós moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

KUENZER, A. Z. **As relações entre conhecimento tácito e conhecimento científico a partir da base microeletrônica: primeiras aproximações**. Educar, Curitiba, Especial, p. 43-69, 2003. Editora UFPR.

MARX, Karl. **A alienação do trabalho** *in* Manuscritos econômico-filosóficos. Jesus Ranieri. Boitempo Editorial, 2004.
____ **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Volume I. São Paulo: Boitempo, 2013.

NIDELCOFF, M. T. **Uma escola para o povo.** São Paulo: Cortez, 1975.

SOUZA, Reivan M. **Controle capitalista e reestruturação produtiva**: o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP). Maceió: EDUFAL, 2011.

SUDIC. **Plano Diretor do Distrito Industrial dos Imborés**. Bahia: 1973, p. 5.

THOMAZ Jr, A. **Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade?** Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. ISSN 1138 – 9788. http:www.ub.es/geocrit/sn-69-63 html